



**Câmara Municipal de Corbélia**  
**Assessoria Jurídica**

**PROJETO DE LEI Nº 047/2019**

**Autoria:** Poder Executivo Municipal.

**Súmula:** Altera os artigos 2º e 4º da Lei Municipal nº 1.003 de 20 de junho de 2018, que Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar convênio com o Conselho Comunitário de Segurança Pública - CONSEG - de Corbélia-PR e dá outras providências. Parecer favorável.

**PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA**

Trata-se de Projeto de Lei ordinária que visa desvincular o prazo e o valor estabelecido na Lei Municipal nº 1.003, de 20 de junho de 2018, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o CONSEG. Acompanha o dossiê o texto do projeto e a justificativa. É o relatório.

**No que concerne à iniciativa da matéria,** temos que as matérias de concessão de auxílios, prêmios, subvenções são matérias atinentes ao Poder Executivo, sendo tal competência prevista na Lei Orgânica, em seu artigo 61 inciso XXIX.

**No que se refere à competência legiferante da Câmara,** o presente projeto está amparado pelos artigos 9º, *caput* e inciso V da Lei Orgânica do Município, 17, I, da Constituição Estadual, e 30, I, da Constituição Federal, por tratar de matéria de interesse local.

Conforme previsto no art. 55, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Justiça, Legislação e Redação, mediante parecer da Assessoria Jurídica (art. 78), opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Não há críticas a fazer quanto ao aspecto regimental. Quanto ao aspecto da técnica legislativa há pequenos ajustes que poderão ser adequados na redação final, conforme previsto no Art. 215 do Regimento Interno.

**Quanto ao aspecto material** o projeto propõe, conforme justificativa, desvincular limite de valor e prazo, para atender as variações e especificidades do convênio em si, que embora tenha interesse público não tem objeto constitucional. Tal proposta encontra amparo jurídico, contudo cumpre ressaltar que a análise e averiguação do interesse público e adequação da matéria compete exclusivamente à discricionariedade dos nobres Edis que compõem esta legislatura.

**Feitos estes apontamentos,** esta Assessoria não se opõe ao prosseguimento da tramitação da presente matéria por esta Casa. Ressaltamos ainda que a matéria deverá receber parecer das Comissões de Justiça e Redação e Educação, Cultura e Saúde.

SMJ.

É o parecer.

Corbélia/PR, 15 de outubro de 2019.

Luís Henrique Lemes

Assessor Jurídico – OAB PR 43.485